

CARTA DA INDÚSTRIA

ANO XVIII | 756 | NOVEMBRO 2017

Sistema
FIRJAN

FIRJAN
CIRJ
SESI
SENAI
IEL
SISTEMA FIRJAN

INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.



NOVA ERA

Mudanças na legislação trabalhista trazem avanços e as empresas já começam a se adaptar às novas regras. Entenda o que muda na prática

ESPECIAL

Licitação do Programa de Parcerias de Investimentos traz boas perspectivas para infraestrutura

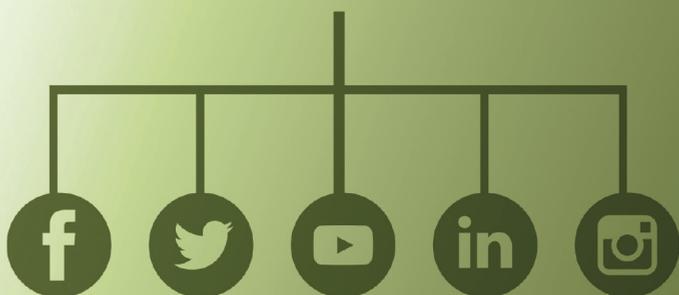
ENTREVISTA

Carlos Augusto Azevedo, presidente do Inmetro, apresenta nova atuação do Instituto

NEGÓCIOS

Saiba como se tornar fornecedor de órgãos de defesa do Brasil e do exterior

Sistema **FIRJAN**



FIRJAN | SENAI | SESI | SESI Cultural

FIRJAN

FIRJAN | SENAI | SESI

FIRJAN

SESI Cultural

ATUALIZE-SE
PARTICIPE
COMPARTILHE

CARTA DA INDÚSTRIA



pág.16

MATÉRIA DE CAPA
MÃOS À OBRA



pág.6

ENTREVISTA
INMETRO COMO AGÊNCIA REGULADORA



pág.10

NEGÓCIOS
DEFESA DE MERCADO

pág.22

GERAL
GESTÃO PARA MINIZAR RISCOS

pág.25

ARTICULAÇÃO
BOA GESTÃO FISCAL GARANTE CREDIBILIDADE



pág.26

RADAR INOVAÇÃO
PROTOTIPAGEM DE IDEIAS



pág.30

ESPECIAL
MAIS INFRAESTRUTURA

Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAN)

Presidente:
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

1º Vice-presidente FIRJAN:
Carlos Mariani Bittencourt

1º Vice-presidente CIRJ:
Sérgio de Oliveira Duarte

2º Vice-presidente FIRJAN:
Carlos Fernando Gross

2º Vice-presidente CIRJ:
Raul Eduardo David de Sanson

CARTA DA INDÚSTRIA é uma publicação do SISTEMA FIRJAN
Prêmio Aberje Brasil 1999-2000
Prêmio Aberje Rio 1999-2000-2001

Gerência Geral de Comunicação:
Daniela Teixeira, Sergio Costa,
Gisele Domingues e Juliane Oliveira

Jornalista Responsável:
Lorena Storani (MTB/ES 2440 JP)

Editada pela Insight Comunicação
Editor Geral: Coriolano Gatto
Editora Executiva:
Kelly Nascimento
Redação: Daniel Bergman, Laís Napoli e Nathalia Curvelo
Revisão: Geraldo Pereira

Fotografia: Fabiano Veneza, Renata Mello e Vinícius Magalhães
Projeto Gráfico: Patrícia Mendonça Lima (Sistema FIRJAN)

Design e Diagramação:
Paula Barrenne
Produtor Gráfico: Ruy Saraiva
Impressão: Gráfica Power Print

SISTEMA FIRJAN
Avenida Graça Aranha 1
CEP: 20030-002 – Rio de Janeiro
Tel.: (21) 2563-4455
www.firjan.com.br

TRABALHO

1. CONJUNTO DE ATIVIDADES, PRODUTIVAS OU CRIATIVAS, QUE o homem exerce para atingir determinado fim; 2. Atividade profissional regular, remunerada ou assalariada; 3. Cuidado ou esmero empregado na feitura de uma obra; 4. Qualidade de execução, feitura, labor; (...). Os significados são numerosos, assim como as mudanças ao longo do tempo.

O trabalho livre e assalariado é uma realidade no Brasil desde 1888. As primeiras normas trabalhistas surgiram no país a partir do Decreto nº 1.313, de 1891; já em 1912 foi fundada a Confederação Brasileira do Trabalho (CBT), que tinha como objetivo reunir as principais reivindicações operárias. Após a Revolução de 30, a política trabalhista tomou forma no Brasil, a Constituição de 1934 foi a primeira a tratar de Direito do Trabalho, assegurando o salário mínimo, repouso semanal, férias anuais remuneradas, proteção contra o trabalho infantil, entre outras questões. Em 1943, foi criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Desde então, muita coisa mudou. As descobertas tecnológicas foram os grandes vetores de transformação do mundo nas últimas décadas, influenciando a forma como as pessoas vivem e como os negócios se organizam. As inovações imprimiram um novo ritmo aos processos de produção e aumentaram a concorrência entre as empresas no âmbito global. Para se destacar nesse cenário, era imperativo que o Brasil modernizasse sua legislação trabalhista.

Em julho de 2017, a Lei nº 13.467 foi, enfim, aprovada. Setenta e quatro anos após a criação da CLT, entra em vigor, em 11 de novembro, a tão aguardada reforma trabalhista, que não apenas moderniza a legislação, como favorece a competitividade nacional e garante ao Brasil mais vantagem na conquista por mercados. A nova lei altera mais de 200 dispositivos da CLT e representa um grande marco para o país, trazendo inúmeros avanços. Entender detalhadamente o que muda é fundamental para que a indústria fluminense se mantenha atualizada, em conformidade com a nova legislação, e ainda mais competitiva.

Competitividade é mesmo a palavra de ordem, principalmente em tempos de crise econômica. Buscar novos nichos e oportunidades pode ser vital para a manutenção da saúde financeira das empresas. Órgãos nacionais e internacionais de segurança, por exemplo, têm grandes demandas de compra, carecendo de fornecedores qualificados para atendê-los. Para aqueles que buscam, trabalho e oportunidades não faltarão!



Foto: Renata Mello

ENCONTRO COM PRESIDENCIÁVEIS

O ex-governador do Ceará, **Ciro Gomes (PDT)**, apresentou suas propostas para o Brasil em almoço com empresários na sede do Sistema FIRJAN. “A grande questão do Brasil é a gestão fiscal. Proponho, nesse sentido, uma profunda reforma administrativa e um novo desenho institucional. É preciso ter uma administração pública enxuta e meritocrática”, avaliou. O evento, realizado em 19 de outubro, inaugurou a série de encontros que a Federação promove com possíveis candidatos à Presidência da República. Os próximos convidados são o prefeito de São Paulo, **João Dória (PSDB)**, e o deputado federal **Jair Bolsonaro (PSC)**. Acompanhe em www.firjan.com.br.

FORMAÇÃO PARA LÍDERES

Modelos para otimizar a gestão e ferramentas para minimizar o custo de novos produtos estiveram em foco durante o workshop “Desafios financeiros para líderes empresariais”. Segundo **Daniel McQuade**, professor da Universidade de Columbia, um dos passos mais importantes é determinar o valor do cliente a partir do que ele pode gastar na sua empresa em um ano. Essa estratégia é utilizada por companhias como **Apple e Starbucks**, por exemplo. “Não podemos olhar para o cliente como se ele fosse apenas realizar uma compra. Aquela pessoa, se conquistada, será fidelizada à marca e influenciará seu círculo social”, disse. O evento foi a primeira ação do Programa Internacional de Educação Executiva do IEL, em parceria com a Universidade de Columbia. As aulas aconteceram em outubro, na Tijuca.



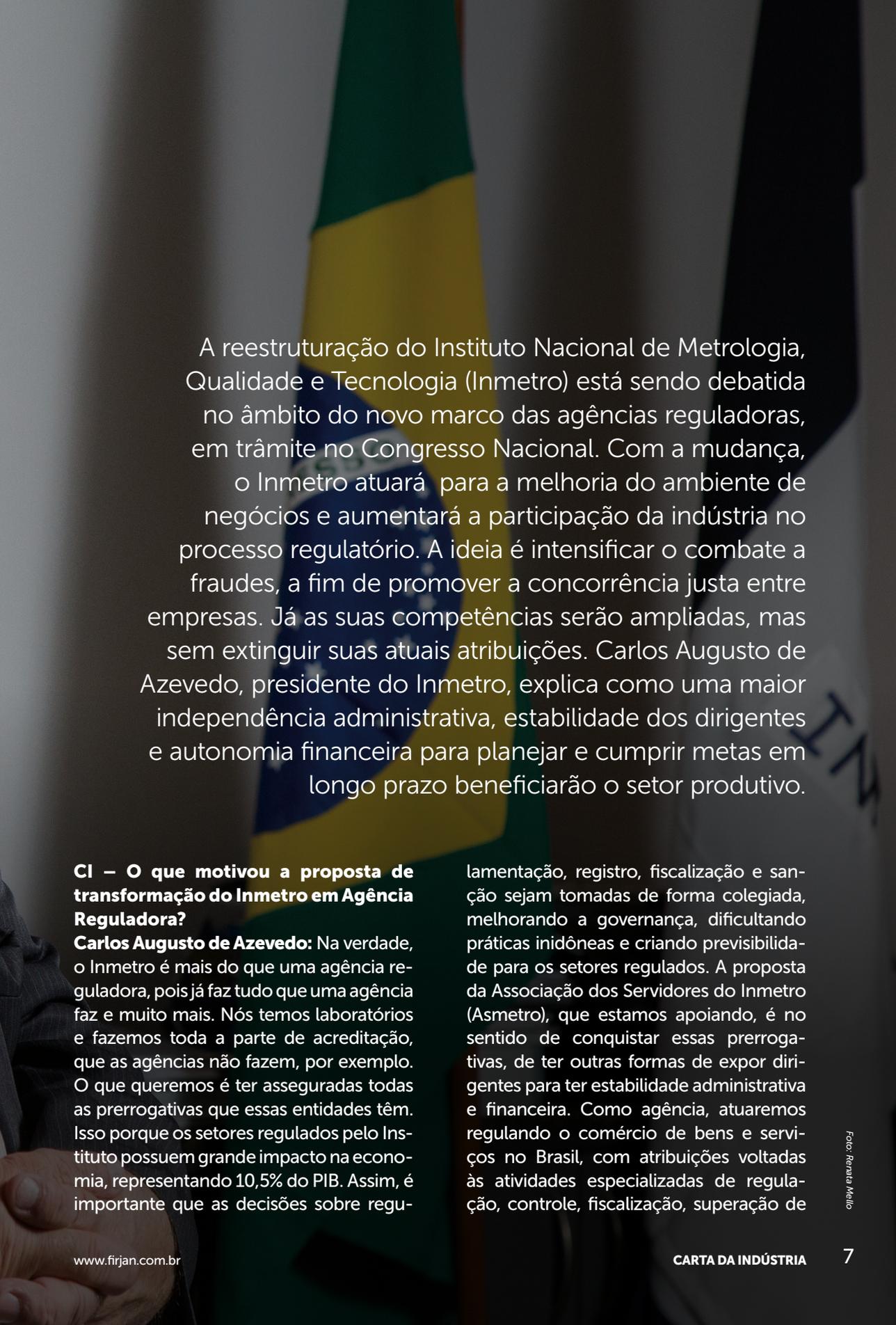
Foto: Renata Mello

HOLANDESES INTERESSADOS NO RIO

O Sistema FIRJAN recebeu o cônsul-geral da Holanda no Rio, **Roland Martin**, e membros do **Dutch Trade & Investment Fund (DTIF)** para apresentar formas de se conseguir financiamento para empresas holandesas que querem investir e entrar no mercado fluminense. No encontro, que aconteceu em outubro, foram expostos os serviços voltados ao comércio exterior oferecidos pela Federação e as opções de acesso ao crédito junto a instituições financeiras do Brasil. O Núcleo de Acesso ao Crédito (NAC), linha de fomento coordenada pela Confederação Nacional das Indústrias (CNI), foi uma das alternativas sugeridas aos convidados.

CARLOS AUGUSTO DE AZEVEDO

**INMETRO COMO
AGÊNCIA
REGULADORA**



A reestruturação do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro) está sendo debatida no âmbito do novo marco das agências reguladoras, em trâmite no Congresso Nacional. Com a mudança, o Inmetro atuará para a melhoria do ambiente de negócios e aumentará a participação da indústria no processo regulatório. A ideia é intensificar o combate a fraudes, a fim de promover a concorrência justa entre empresas. Já as suas competências serão ampliadas, mas sem extinguir suas atuais atribuições. Carlos Augusto de Azevedo, presidente do Inmetro, explica como uma maior independência administrativa, estabilidade dos dirigentes e autonomia financeira para planejar e cumprir metas em longo prazo beneficiarão o setor produtivo.

CI – O que motivou a proposta de transformação do Inmetro em Agência Reguladora?

Carlos Augusto de Azevedo: Na verdade, o Inmetro é mais do que uma agência reguladora, pois já faz tudo que uma agência faz e muito mais. Nós temos laboratórios e fazemos toda a parte de acreditação, que as agências não fazem, por exemplo. O que queremos é ter asseguradas todas as prerrogativas que essas entidades têm. Isso porque os setores regulados pelo Instituto possuem grande impacto na economia, representando 10,5% do PIB. Assim, é importante que as decisões sobre regu-

lamentação, registro, fiscalização e sanção sejam tomadas de forma colegiada, melhorando a governança, dificultando práticas inidôneas e criando previsibilidade para os setores regulados. A proposta da Associação dos Servidores do Inmetro (Asmetro), que estamos apoiando, é no sentido de conquistar essas prerrogativas, de ter outras formas de expor dirigentes para ter estabilidade administrativa e financeira. Como agência, atuaremos regulando o comércio de bens e serviços no Brasil, com atribuições voltadas às atividades especializadas de regulação, controle, fiscalização, superação de

barreiras técnicas, fomento, nas áreas de metrologia, qualidade, acreditação e segurança de produtos.

CI – Na prática, o que muda com essa transição do órgão para Agência Reguladora? E quais os principais benefícios para a sociedade como um todo?

Carlos Augusto de Azevedo: Haverá mais estabilidade administrativa e financeira, além de podermos ter projetos de longo prazo. Quando falo em projetos de longo prazo é porque a garantia de mandatos em uma diretoria colegiada permite um plano diretor mais extenso, proporcionando a discussão de ideias que demandam mais tempo para serem concretizadas. A nossa reestruturação é positiva para a sociedade porque o Inmetro é o grande defensor do consumidor, pois ajuda a promover a concorrência justa entre empresas e a combater fraudes. Com as novas prerrogativas, teremos



Foto: Renata Mello

“*Nossa atividade ajuda a prevenir práticas de concorrência desleal*”

maior integração do produto nacional às cadeias globais de valores, mais segurança jurídica, mais eficiência nos processos, melhoria do ambiente interno de negócios, participação ativa da indústria no processo regulatório, promoção de relação comercial justa, eliminação dos fatores restritivos de nossa atuação institucional e captação e retenção de profissionais qualificados. Todos ganham com essa instituição fortalecida.

CI – Que modificações na estrutura do Inmetro estão previstas?

Carlos Augusto de Azevedo: Propomos uma estrutura de diretoria aperfeiçoada: queremos montar um Comitê de Busca, composto por membros dos setores produtivo, industrial, acadêmico, membros da sociedade e servidores da autarquia, para subsidiar o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) na escolha da diretoria colegiada, que será indicada pelo presidente da República e sabatinada pelo Senado Federal. Hoje o MDIC já publica edital para selecionar candidatos ao cargo de diretor do Inmetro. A seleção conta com etapas como análise de currículos e plano de atuação. Com a mudança, o Comitê de Busca passará a verificar a documentação e depois fará uma sabatina com os candidatos. É uma espécie de pré-seleção antes da sabatina no Congresso Nacional, evitando que candidatos caiam no órgão sem qualificação, sem ter o conhecimento técnico necessário para exercer sua função.

CI – Com a atuação de uma Agência Reguladora, as avaliações metrológicas e de conformidades ficarão mais rígidas? E a fiscalização, também deve ser alterada?

Carlos Augusto de Azevedo: Só vamos ampliar nossas competências para sermos agência reguladora. Manteremos a

fiscalização em todo território nacional nos pontos de venda, distribuição e fabricação, de forma a evitar que fornecedores desleais se utilizem de práticas irregulares para obter lucro e ganhar mercado em cima dos bons fornecedores.

CI – O reconhecimento como Agência Reguladora permitirá maior autonomia administrativa e financeira. Como o Inmetro fará a gestão desses recursos?

Carlos Augusto de Azevedo: Da mesma forma que faz hoje. O Inmetro é superavitário e autossustentável. Este ano, esperamos receber do governo R\$ 600 milhões, enquanto devolveremos para os cofres da União R\$ 800 milhões. O Inmetro sempre foi superavitário, mas no final de 2016 houve uma conversa com a Secretaria do Tesouro Nacional, que entendeu que devia haver um plano de aplicação de empenhos. Com isso, pôde-se fazer um planejamento mais preciso das ações. Até o momento, gastamos R\$ 40 milhões a menos do que no ano passado. Com autonomia, os resultados serão mais positivos uma vez que teremos maior previsibilidade de aplicação dos recursos.

CI – Um dos objetivos é também transformar o Inmetro em uma agência de fomento ao conhecimento metrológico. Como será esse processo?

Carlos Augusto de Azevedo: Isso não é novo, é o que a NASA faz, por exemplo. Além de realizar pesquisas, a NASA também fomenta pesquisas de seu interesse nas universidades, aportando dinheiro na criação de editais específicos para desenvolver temas relacionados ao que fazem. O Inmetro já concede bolsa para desenvolvimento de projetos internamente. Agora, queremos expandir essa atribuição para as universidades, de modo a desenvolver pesquisas em temas relacionados à metrologia e à qualidade.



“ A expansão da infraestrutura para apoio da indústria e do comércio é uma das metas do Inmetro ”

CI – Como essa iniciativa poderá aumentar a competitividade dos produtos brasileiros no exterior?

Carlos Augusto de Azevedo: A metrologia e a qualidade trazem um ativo fundamental: a confiança. A nossa carne, por exemplo, se o processo de exportação for totalmente certificado e rastreado, não precisaria ser vendida congelada, mas sim, refrigerada, valendo 50% a mais no mercado internacional. Isso facilitaria sua exportação, por ser mais aceita. Porém, o Brasil só vende refrigerada 5% da sua carne. Além disso, as atividades de metrologia, qualidade e segurança de produtos estão intrinsicamente ligadas à soberania nacional, ou seja, em como o Brasil se relaciona com outros países. O Inmetro tem o papel de analisar essa relação, de modo a atender aos preceitos da independência nacional e impedir sua submissão a parâmetros desvantajosos definidos por outras nações.



DEFESA DE MERCADO

Órgãos nacionais e internacionais de segurança oferecem oportunidades para indústrias de segmentos diversos

A busca para se tornar fornecedor das Forças Armadas é caminho natural das empresas do setor de defesa. Entretanto, a demanda de órgãos de segurança do Brasil e do exterior vai muito além de produtos como armamentos e munições. Alimentos e uniformes são itens essenciais para a manutenção das tropas, traduzindo-se em oportunidades de negócios.

Somente no caso do Exército Brasileiro, são demandados, anualmente, lubrificantes para 28 mil veículos e 400 mil armamentos, cerca de 10 mil toneladas de carne e R\$ 30 milhões em equipamentos de cozinha, entre outros itens. Segundo o general Guilherme Theóphilo, comandante do Comando Logístico do Exército (Colog), a intenção é ampliar o

percentual de empresas brasileiras entre os fornecedores das Forças Armadas. “Nossa meta é expandir o cadastro de provedores brasileiros. Dessa forma, contribuiremos também com o desenvolvimento da indústria nacional”, afirma.

Ele chama a atenção também para as principais dificuldades enfrentadas pelas empresas no atendimento às exigências do Ministério da Defesa: “Ainda há poucos fornecedores que atendem às demandas do Colog. É importante que as empresas atualizem regularmente dados e documentação obrigatória em nosso sistema de cadastramento. Outra falha recorrente é o não cumprimento das condições de entrega previstas nos contratos”.

Carlos Erane de Aguiar preside a Condor Tecnologias Não Letais e é fornecedor do Ministério da Defesa, cliente que hoje consome uma parcela relevante de sua produção. A Condor comercializa produtos e soluções para 45 países, além da Organização das Nações Unidas (ONU). Segundo o empresário, o primeiro passo para conquistar esses nichos é o registro nos sites de catalogação das instituições de defesa. “É uma forma de apresentar produtos e conhecer as demandas e agendas de licitações. No site da ONU, por exemplo, pode ser identificada a pretensão em gastar US\$ 46 mil com 250 bandeiras dos estados membros este ano”, aconselha ele, que também é presidente do Conselho Empresarial de Defesa e Segurança do Sistema FIRJAN.

Com efeito, há muito espaço a ser conquistado pelas indústrias fluminenses, tanto nas Forças Armadas brasileiras quanto na Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan) e na ONU. Isso porque há apenas 17 companhias nacionais entre as 8.800 empresas da base de fornecedores das Nações Unidas, instituição que investe US\$ 15 bilhões por ano. No caso da Otan, são 4 mil representantes do Brasil num universo de 2,8 milhões de indústrias.

De acordo com Erane, o acesso ao mercado de defesa não é restrito como alguns empresários podem imaginar. “Se o produto for água mineral, por exemplo, o processo de compra obedecerá aos requisitos técnicos próprios desse segmento. Já a licitação para aquisição de equipamentos de defesa é um pouco mais complexa, obedecendo a critérios que abrangem desde homologações específicas em laboratórios militares até inspeções nas fábricas”, explica.

 saiba mais

Sites para cadastro de fornecedores

EXÉRCITO

www.colog.eb.mil.br/index.php/cartilha-de-fornecedor

MARINHA

www.mar.mil.br/comrj/

AERONÁUTICA

www2.fab.mil.br/celeg/index.php/sistemas-cadastro

MINISTÉRIO DA DEFESA

www.defesa.gov.br

ONU

www.ungm.org

OTAN

www.cecade.defesa.gov.br

PRINCIPAIS DEMANDAS

ALIMENTOS

ÁGUA

PRODUTOS
VETERINÁRIOS

UNIFORMES

REMÉDIOS

CAPACETES E COLETES
BALÍSTICOS

ARMAMENTOS E
MUNIÇÕES

VEÍCULOS

SOU DO RIO

Empresários se mobilizam para incentivar consumo de produtos locais

A marca "Rio" é um dos principais ativos do estado, reconhecida no Brasil e no mundo. Para estimular o processo de retomada econômica, surgiu o Movimento Sou do Rio, que propõe a conscientização sobre a importância do consumo local. A iniciativa, apoiada pelo Sistema FIRJAN, incentiva a população fluminense a priorizar a compra de produtos fabricados no estado.

Sérgio Duarte, vice-presidente da Federação, defende que a iniciativa permite às empresas fortalecer e enaltecer a marca "Rio", ao usar o selo do Movimento em seus produtos e estabelecimentos. "Originária da demanda de empresários fluminenses, a iniciativa busca criar um círculo virtuoso de geração de emprego e aumento de negócios. Além de ser um gesto de carinho com o Rio, é uma alternativa para aumentar a competitividade das nossas empresas", disse ele, que também é presidente do Sindicato das Indústrias de Alimentos do Município do Rio de Janeiro (Siarj) e da Vitalis/Chinezinho.

Para José Carlos Trica, sócio-proprietário das Massas Nápoles, a união dos setores é fundamental para que a campanha funcione e o estado volte a crescer. Ainda de acordo com ele, os empresários devem estimular a cadeia ao optarem por fornecedores fluminenses. "Nós

aderimos ao movimento colando etiquetas do selo nos nossos produtos.

Precisamos envolver também os bares, lanchonetes e supermercados para fomentar de fato a ideia de comprar produtos fabricados aqui".

No dia 18 de outubro, os empresários se reuniram na sede da FIRJAN a fim de debater estratégias para ampliar o alcance do Sou do Rio.



+ saiba mais

Acesse o site e faça o download dos materiais da campanha. Participe!

movimentosoudorio.com.br



DESENVOLVER O LÍDER
DA INDÚSTRIA É MAIS
DO QUE NOSSO PAPEL.
ESTÁ EM NOSSO DNA.

O IEL faz parte do Sistema FIRJAN. Logo, tem indústria nas veias. Nosso objetivo é desenvolver as empresas. Por isso, nossos cursos e consultorias impulsionam as lideranças a adotar práticas inovadoras de gestão. Tudo isso para abrir portas para novos negócios e ampliar conhecimentos. Faça um bom negócio. Volte para a escola.

**IEL. A escola de
negócios da indústria**

firjan.com.br/iel

Sistema
FIRJAN



INFORMA,
FORMA,
TRANSFORMA.



Foto: Vincius Magalhães

Seminário discute o futuro do setor de joias e bijuterias

O impacto de novas tecnologias de produção para o setor de joias e bijuterias foi tema de evento promovido em outubro pelo Sistema FIRJAN. Carla Pinheiro, presidente da AjoRio, destacou que a cadeia produtiva deve repensar a forma como vem atuando para aumentar a sua competitividade. "Hoje temos novas ferramentas, como a prototipagem e a modelagem 3D, que nos permitem otimizar a produção. Tudo isso está disponível no Laboratório de Joias do SENAI", destacou. O 4º Seminário Atualização Tecnológica e o Setor de Joias e Bijuterias aconteceu na sede do Sistema FIRJAN.



Construção civil debate criação de cooperativa

A indústria da construção analisou a proposta de criação de uma cooperativa de consumo no Rio. Em encontro promovido pelo Sistema FIRJAN, foram apresentadas as experiências das Cooperativas Central da Construção Civil (CooperCon) Brasil e dos estados do Ceará e Alagoas. De acordo com Gustavo Kelly, consultor Jurídico da Federação, esta forma de organização traz benefícios como a redução do preço de determinado insumo devido às compras em grande volume, além de isenções tributárias. A sugestão de criar a CooperCon Rio surgiu do Grupo de Trabalho Cooperativas da Gerência Geral de Desenvolvimento Setorial da Federação. O assunto foi debatido em outubro, durante o Workshop Proposta de Formação da Cooperativa de Compras da Construção Civil do Rio.



Foto: Vincius Magalhães

Giro Moda antecipa tendências

Empresários conheceram os estilos que estarão em alta no verão 2018 durante o Giro Moda. As vertentes Transgenese, Icyber e Mix Maker foram os destaques do evento. A primeira conta com peças assimétricas e estampas com frases de empoderamento. A segunda tem a predominância de cores neutras e pastéis. A terceira segue o preceito "Do It Yourself", cujo usuário é convidado a fazer parte do processo criativo através da elaboração de peças singulares que não passam a ideia de serem industrializadas. O evento foi realizado em outubro, na sede da Federação.



Oportunidades em Química Verde

Um dos pilares no estímulo à sustentabilidade, a química verde oferece diversas oportunidades às empresas, as quais foram apresentadas durante o Green Chemistry Day, evento promovido para difundir esses conceitos na educação e na indústria. Para Paul Anastas, fundador e diretor do Centro para Química Verde e Engenharia Verde da Universidade de Yale, a química verde pode ter grande contribuição em setores como o de defesa, aeroespacial, automobilístico, cosméticos, agricultura, eletrônico e farmacêutico. Na ocasião, as oportunidades dos Institutos SENAI de Inovação também foram apresentadas aos participantes. O evento aconteceu em outubro, na sede da Federação. Assista ao "Papo de Expert" sobre o tema em www.youtube.com.br/sistemafirjan.



Foto: Vinicius Megalhas

Prêmio Werner Klatt

Iniciativa do Sigraf com o SENAI, o Prêmio Werner Klatt reconhece as melhores empresas gráficas do estado do Rio. A iniciativa premiou, em 27 de outubro, dez segmentos – Livros, Revistas, Jornais, Acondicionamento, Promocional, Comercial, Impressão Serigráfica, Impressão Híbrida, Impressão Digital e Produtos Próprios –, desmembrados em 47 categorias. As 325 peças inscritas foram avaliadas por uma comissão que julgou, principalmente, os quesitos técnicos e tecnológicos que sustentam o setor. Conheça os vencedores em www.firjan.com.br.



Foto: Vinicius Megalhas

MÃOS À OBRA

Empresários se preparam para a vigência da reforma trabalhista com mudanças em favor da produtividade



Quatro meses após ser sancionada, a reforma trabalhista se torna realidade para as empresas em 11 de novembro. As mudanças trazidas pela nova lei terão como um dos principais avanços o aumento de produtividade e a maior modernização da relação capital-trabalho em sete décadas. Atentos a esses benefícios, empresários fluminenses já começaram a se preparar para as novas regras. Luiz Césio Caetano, diretor corporativo da Sal Cisne, é um deles. Segundo ele, uma alteração vantajosa para seu negócio é a que se refere às horas *in itinere*, ou seja, as horas na qual o trabalhador se desloca com transporte fornecido pela empresa para o local de trabalho. Antes, esse tempo era contabilizado como parte da jornada.

“A lei antiga desestimulava a empresa a oferecer transporte para os funcionários. No nosso caso, temos esse serviço porque na região onde está instalada a fábrica, em Cabo Frio, não há infraestrutura de transporte público. Com essa mudança teremos uma redução de custo. Assim, poderemos investir em outras áreas da companhia e em benefício do próprio funcionário”, explica Caetano, que também é presidente do Sindicato da Indústria da Refinação e Moagem de Sal do Estado do Rio de Janeiro (Sindisal).

A negociação individual do banco de horas também é um aspecto que o empresário estuda adotar a partir da vigência da nova lei. A medida irá desburocratizar o processo, permitindo que a empresa e o trabalhador cheguem à melhor solução para ambas as partes. “É uma facilitação importante, porque não precisaremos mais da intermediação do sindicato dos funcionários. O mesmo vale para a fixação da jornada de trabalho. São simplificações que atendem à dinâmica das empresas de hoje”, avalia.

Na Kanitz 1900, do setor de cosméticos, a terceirização será um fator impor-

“ *A antiga legislação possuía diversos pontos que incentivavam tanto a empresa quanto o trabalhador a quererem romper constantemente a relação profissional, o que desestimula o investimento em treinamento, fator primordial para a acumulação de conhecimento pelos trabalhadores*”

GUSTAVO GONZAGA,
ECONOMISTA DA PUC

tante para aumentar a competitividade do negócio. De acordo com o empresário Celso Dantas, essa modalidade de contratação poderá ser utilizada na área de vendas externas da companhia. Ele explica que a lei em vigência até a data da reforma não oferecia segurança jurídica para essa alternativa.

“Antes, havia dificuldade para as empresas de cosméticos que operam no varejo em terceirizar essas atividades. Com a nova lei, isso deverá ser conveniente ao modelo de negócio da empresa, sem o risco de o Judiciário ter um entendimento que cause contencioso para o empregador. Terceirizando a contratação dos promotores de venda, poderemos aumentar a nossa produtividade, porque eles serão mais especializados na função”, destaca

Dantas, que também preside o Sindicato da Indústria de Produtos Cosméticos e Higiene Pessoal do Estado do Rio de Janeiro (Sipaterj) e o Conselho Trabalhista e Sindical da FIRJAN.

Outra mudança que ele estuda implantar é a adoção do teletrabalho, ou *home office*, para profissionais de determinadas áreas da companhia, o que, além de reduzir custos, poderia colaborar para a otimização das funções desenvolvidas por eles. "Para a minha empresa, será positivo que os empregados que trabalham com marketing digital, por exemplo, possam fazê-lo de casa, até porque a atividade que realizam não demanda presença física no ambiente de trabalho", pontua.

PRODUTIVIDADE

O economista da PUC, Gustavo Gonzaga, enxerga relação entre a alta rotatividade nas empresas – prática comum na realidade do brasileiro desde os anos 1990 – e o cenário de baixa produtividade. Segundo o economista, é perceptível o aumento de rompimento de relações trabalhistas próximos aos seis e aos 12 meses de contrato. Dados do Ministério do Trabalho e Emprego mostram que, em 2013, menos de 25% dos colaboradores tinham mais de quatro anos dentro de uma empresa, enquanto cerca de 40% foram contratados há menos de um ano.

"A legislação antiga possuía diversos pontos que incentivavam tanto a empresa quanto o trabalhador a quererem romper constantemente a relação profissional, o que desestimula o investimento em treinamento, fator primordial para a acumulação de conhecimento pelos trabalhadores. Assim, o empresário, por medo de não se apropriar do retorno desse investimento, não o fazia", analisa Gonzaga.

Entre os dispositivos que incentivavam a rotatividade, Gonzaga destaca, pelo lado do trabalhador, a interligação do sistema de FGTS com o seguro-

REFORMA TRABALHISTA

Principais dúvidas dos empresários

1

Como fica a homologação da rescisão?

2

A nova lei se aplica aos contratos de trabalho anteriores à sua publicação?

3

Na modalidade *home office*, como é o controle da jornada de trabalho? E quem paga?

4

O tempo de deslocamento conta como jornada?

5

Se houver parcelamento das férias, como fica o abono?

6

O que poderá ser negociado de forma individual com o trabalhador?

7

O empregador pode fixar uma remuneração baseada em produtividade?

8

Qual será a regra válida para a demissão em comum acordo?

9

Como funciona a dispensa coletiva?

10

O que muda no banco de horas?

Não existe mais. A empresa terá que conceder ao funcionário uma carta de dispensa, um termo de rescisão, e dar baixa na carteira de trabalho do mesmo. Além disso, deve pagar os valores referentes às verbas rescisórias.



Sim, os contratos antigos serão regidos pela nova lei. Contudo, a nova lei não altera situações anteriores já consolidadas. Exemplo: se o contrato individual de trabalho veda realização de compensação de jornada, o empregador não pode alterar unilateralmente o direito ao pagamento das horas extras do trabalhador.



O trabalhador no regime de teletrabalho não está mais sujeito ao controle de jornada. Todos os itens que envolvem este tipo de trabalho são definidos por contrato entre o empregado e o empregador.



Pela nova lei, o tempo de deslocamento entre residência e o trabalho não conta na jornada em nenhum caso, mesmo se o transporte for oferecido pela empresa.



Com a reforma, é de escolha do empregado contratado sob regime de tempo parcial converter um terço do período de férias a que tem direito em abono pecuniário. O resto permanece sem alterações.



Com os trabalhadores que recebem salário inferior a R\$ 11.062,00, poderão ser negociados individualmente a jornada de trabalho 12x36, férias, distrato e trabalho em regime de tempo parcial. Para os que ganham acima de R\$ 11.062,00, estão incluídos aspectos como fracionamento das férias, intervalo de jornada, plano de cargos e salários, teletrabalho e regime de sobreaviso.



A remuneração por produtividade é um dos pontos que podem ser negociados entre sindicatos e empregados, então sim, é possível.



Essa modalidade prevê pagamento de metade do aviso prévio e metade da multa de 40% sobre o saldo do FGTS.



As dispensas coletivas não precisarão mais da concordância do sindicato, podendo ser feitas diretamente pela empresa.



O banco de horas poderá ser negociado individualmente com o trabalhador, sem participação do sindicato, podendo a empresa estabelecer a compensação das horas a mais em até seis meses.



desemprego, fazendo com que pessoas que ganhassem próximo ao salário mínimo tivessem ganhos significativos ao romper a relação. Já sob a ótica do empresário, detalha Gonzaga, a insegurança jurídica prevalecia, pois, quanto mais tempo o funcionário permanecia em uma empresa, mais riscos relacionados a custos trabalhistas ele representaria em uma eventual demissão.

Um exemplo que evidencia essa situação era a necessidade da homologação da rescisão de trabalho, que antes da reforma era feita após 12 meses de tempo de serviço. Agora, com a nova lei,

essa exigência está acabando. Carlos Di Giorgio, proprietário da gráfica J. Di Giorgio, enxerga oportunidades com essa dispensa. "Os passivos foram diminuídos, o que permite continuar, sem receios, com profissionais competentes por mais de 12 meses, além de facilitar a demissão daqueles que não contribuem com a cultura da empresa", observa o empresário, que também é presidente do Sindicato das Indústrias Gráficas do Município do Rio de Janeiro (Sigraf).

Outro ponto que contribuirá para tornar as empresas mais produtivas é a possibilidade de demissão em comum acordo.

PONTOS QUE PODEM SER OBJETO DE AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE NO STF

Acordo coletivo: enquadramento em grau de insalubridade e prorrogação de jornada nesses ambientes sem licença prévia do Ministério do Trabalho e Emprego

Parâmetros para indenização por dano moral

Honorários periciais pagos pelos perdedores da ação judicial na Justiça do Trabalho

Honorários advocatícios em causa derrotada no patamar de 5% a 15% do valor de liquidação ou do proveito econômico

Trabalho intermitente

Regime de trabalho de 12x36 horas

Permissão para gestantes trabalharem em locais insalubres



Há dispositivos que incentivam as empresas a remunerar melhor os colaboradores que se destacam. Isso porque a nova lei prevê que se possam conceder prêmios por produtividade sem que sejam incorporados ao salário do trabalhador.

O novo dispositivo permitirá que o trabalhador possa rescindir o contrato de trabalho e sacar 80% do FGTS, sem direito ao seguro-desemprego. A empresa, por sua vez, paga uma multa menor, de 20%, e não 40%, para desligar o empregado.

“É uma solução boa para as três partes. O trabalhador poderá acessar o montante do FGTS, a empresa arca com menos custos para demitir, e o governo poupa recursos ao não ter que pagar o seguro-desemprego. Assim, o funcionário não permanece na empresa contra sua própria vontade e desmotivado, o que impacta negativamente na execução de suas funções”, explica Pedro Capanema, consultor Jurídico do Sistema FIRJAN.

Além disso, há dispositivos que incentivam as empresas a remunerar melhor os colaboradores que se destacam. Isso porque a nova lei prevê que se possam conceder prêmios por produtividade sem que estes sejam incorporados ao salário do trabalhador. “A reforma modifica o antigo plano de cargos e salários, retirando o critério de alternância

entre antiguidade e mérito para a concessão de promoção. Essa regra era ruim porque o trabalhador mais antigo não se sentia estimulado a melhorar seu desempenho, já que seria promovido de qualquer forma”, afirma Capanema.

Por fim, José Márcio Camargo, economista da PUC, acredita que a modernização das relações laborais trará benefícios para o país a longo prazo: “O contrato de trabalho, por exemplo, é um dos instrumentos mais importantes de uma economia de mercado, mas não era respeitado. Com a nova legislação esse documento passa a valer. Existe um conjunto de condições, muito demandado na Justiça, que se estiver explicitado no acordo não poderá ser questionado, reduzindo a insegurança jurídica”.

 saiba mais

Reforma trabalhista

www.firjan.com.br/reformatrabalhista

GESTÃO PARA MINIMIZAR RISCOS

Empresas valorizam ferramentas que combatem fraudes e reduzem ocorrência de falhas

A possibilidade de erro é inerente à atividade empresarial, e um dos caminhos para alcançar eficácia na governança, seja em pequenos ou grandes negócios, é o desenvolvimento de sistemas de gerenciamento de riscos. Essa ferramenta permite mapear e prever falhas, além de antecipar soluções para possíveis erros que possam ocorrer dentro de uma organização.

De acordo com Lucia Casasanta, coordenadora do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), a gestão de riscos tem três linhas principais de defesa. A primeira é no nível da alta administração das empresas, geralmente composta por conselhos administrativo e fiscal. Na segunda linha, deve ser acompanhada por um departamento interno voltado para o assunto e, então, na terceira, auditada por um órgão externo.

“Esse sistema garante uma série de benefícios para as empresas, como a redução de custos causados por ineficiências de controle, evita fraudes, é mais transparente e torna a companhia mais resistente a eventuais crises”, explica ela, que também é diretora de Compliance da Eletrobras.

Com um código de ética interno estruturado há mais de dez anos, a Merck definiu 18 políticas sobre como lidar com médicos, patrocínios e *stakeholders*. O laboratório químico-farmacêutico reconhece a importância de ter investido no gerenciamento de riscos corporativos.

Marcos Cancelli, diretor jurídico da empresa, alerta que um dos aspectos que demandam mais atenção é o relacionamento com fornecedores. Caso es-

tejam em desacordo com a lei, podem gerar penalização à indústria para a qual prestam serviço. “Nos contratos com terceiros, inserimos cláusulas nas quais ressaltamos que os fornecedores devem cumprir a legislação, incluindo a Lei Anticorrupção”, detalha.

ATIVIDADES SENSÍVEIS QUE REQUEREM ATENÇÃO REDOBRADA DAS EMPRESAS

Licenças, registros e autorizações

Liberações alfandegárias



O Grupo Kinoplex, maior exibidor nacional de filmes, também desenvolveu soluções para reduzir as possibilidades de erro na companhia, criando, em 2015, uma área interna de auditoria. A empresa possui um código de ética e conduta e um canal de denúncia administrado por uma prestadora de serviço. Segundo Henrique Santos, diretor financeiro do Kinoplex, outra importante ação foi a criação de um formulário para que os funcionários relatem as falhas que identificavam em suas atividades e departamentos.

“Entendemos que o processo começa pela autogestão. Esse gerenciamento é estratégico e não pode ser isolado,

tem que ser gerido por todo o corpo da empresa. É uma questão cultural, que deve permear toda a estrutura organizacional. Os relatórios e formulários são um apoio, mas os debates geram mais efeito”, defende.

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL) promoveu o debate dessas empresas sobre a Gestão de Riscos e incorporou no portfólio ações sobre a temática da Governança, conforme demanda incluída no Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2016-2025. E em 2015 a FIRJAN criou o Comitê de Compliance, que trata desse e de outros aspectos da governança corporativa.



SISTEMA COD BRASIL

CERTIFICADO DE ORIGEM ON-LINE.

NA HORA DE EXPORTAR, CONTE COM A SEGURANÇA,
A CREDIBILIDADE E A FORÇA DA INDÚSTRIA.



O **Certificado de Origem On-Line** é um documento que traz vantagens tarifárias ao exportador brasileiro e garante acesso preferencial de suas mercadorias no exterior. Esse serviço, feito rapidamente pela internet, é uma evolução do certificado manual. Um sistema inovador, ágil e confiável, oferecido pela CNI, por meio das Federações das Indústrias.

Para fazer seu certificado ou receber
assessoria sobre o processo
de certificação, acesse
www.firjan.com.br/site/cod

Informações: 2563-4229/4647/4227
ou certificadodeorigem@firjan.com.br

Sistema
FIRJAN
FIRJAN
CUBI
SESI
SENAI
SUCREMA
SUDENE

INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.


ADUANEIRAS
INFORMAÇÃO SEM FRONTEIRAS

CNI
SESI
SENAI
TEL

CNI



Foto: Renata Meilo

BOA GESTÃO FISCAL GARANTE CREDIBILIDADE

Apesar de o Brasil ter uma das maiores cargas tributárias do mundo, o ajuste das contas públicas se mantém como o principal desafio econômico do país, em um cenário onde a maioria das cidades sofre com o desequilíbrio fiscal. No estado do Rio, por exemplo, apenas 11% das prefeituras tiveram avaliação positiva no Índice FIRJAN de Gestão Fiscal (IFGF). A redução das despesas, principalmente de gastos com pessoal, e o aumento da transparência são medidas primordiais para melhorar esse quadro.

Por isso, a principal preocupação do prefeito de Manaus, Arthur Virgílio, é não gastar mais do que a cidade arrecada. Assim, ele cortou secretarias, diminuiu todos os contratos e congelou aluguéis de prédios locados pela prefeitura. "Nossa gestão é focada em reduzir custeio e aumentar a arrecadação", informa. O desempenho da cidade rendeu a melhor avaliação no IFGF entre as capitais brasileiras.

Giovanna Guiotti, secretária de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle de Niterói, acredita que prefeituras comprometidas com a transparência de dados têm mais credibilidade junto ao mercado: "Investir em soluções como um

portal de transparência foi um dos quesitos que possibilitaram Niterói chegar à sexta colocação em âmbito nacional e em primeiro lugar na esfera estadual do IFGF".

Para José Felipe Quintanilha, secretário da Transparência e Controle de Campos dos Goytacazes, é preciso incrementar a arrecadação sem que isso se traduza em aumento de tributos: "É importante fazer análises periódicas do orçamento e rever prioridades de investimento, se for o caso. Em Campos, solicitamos que cada secretário reavalie seus gastos trimestralmente. O que pode ser cortado, não é mais contratado". A cidade tem o quinto melhor IFGF do estado.

Na avaliação de Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente da FIRJAN, uma boa gestão depende de empenho, credibilidade e transparência. "O desenvolvimento do estado começa nos municípios e o ajuste das contas públicas é pré-condição para isso", destaca. O assunto foi debatido em um seminário e oficinas de boas práticas para prefeitos e secretários de Fazenda e Planejamento dos municípios fluminenses, realizados, em outubro, pela Federação e pela Comunitas, com apoio da Frente Nacional dos Prefeitos.

PROTOTIPAGEM DE IDEIAS

Empreendedores abraçam movimento *maker* para produzir soluções colaborativas e criativas

As grandes linhas de produção, em que o trabalho humano se resume a atividades mecânicas, estão com os dias contados. A fábrica do futuro será cada vez mais um ambiente híbrido, no qual a automação divide espaço com o fazer artesanal. Essa é a base do movimento *maker*, considerado uma nova revolução industrial. O conceito, baseado no “faça você mesmo”, parte

da proposta de que qualquer pessoa pode criar, produzir, vender e distribuir produtos. Para a indústria, o movimento tem a função de facilitar o desenvolvimento de protótipos, que podem, posteriormente, ser produzidos em larga escala.

Henrique Drumond, sócio-fundador da Insolar, é um dos empreendedores que já trabalha nesse novo paradigma.

Ele criou, com apoio do Laboratório Aberto do SENAI, o Ombrelone Solar, que a partir das células fotovoltaicas instaladas na sua cobertura gera energia limpa para carregar *smartphones* e *tablets*. De acordo com Drumond, a possibilidade de usar equipamentos como máquinas 3D e de usinagem viabilizou a incorporação da tecnologia fotovoltaica em um produto já existente no mercado, o ombrelone.

“A prototipagem é uma etapa muito importante, porque evita investimentos altos com maquinário antes de o produto estar testado e aperfeiçoado pelo mercado. Com espaços como o oferecido pelo SENAI, podemos fazer testes e, a partir do momento em que se chega à versão final, levar para a indústria visando o ganho de escala”, avalia o empresário.

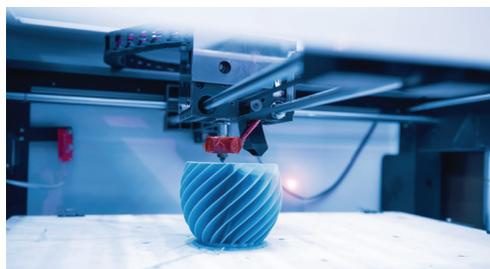
Segundo Drumond, a cocriação é outro aspecto positivo do *maker*, que se tornará um fator de competitividade para indústrias de todos os portes: “Todos podem adotar soluções que já estão no mercado. A ressalva é que, quando for necessária reprodução em escala, é preciso migrar para um processo industrializado. Nesse sentido, a união dessas duas pontas é o que faz a diferença”.

LABORATÓRIO ABERTO

O SENAI possibilita às indústrias fluminenses se inserirem na cultura *maker* por meio do Laboratório Aberto. No espaço estão disponíveis tecnologias que permitem que as empresas testem ideias e desenvolvam soluções a partir da troca de experiências entre profissionais multidisciplinares.

“Esse movimento não trabalha com grande escala, por ser fincado no conceito do ‘faça você mesmo’. Isso gera um ganho para a indústria porque, a partir do momento em que se faz um protótipo, se reduz a possibilidade de erro. Quando ele chegar à produção em massa, já estará modelado da forma correta”, explica Ga-

briela Ichimura, especialista de Inovação do Sistema FIRJAN. O Laboratório Aberto fica no Instituto SENAI de Tecnologia (IST) Automação e Simulação. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail laboratorioaberto@firjan.com.br.



POTENCIAL TECNOLÓGICO PARA DIVERSAS ÁREAS



Indústria 4.0



Robótica



Internet das Coisas (IoT)



Realidade Virtual



Drones



Design



Marcenaria



Engenharia Reversa



SAUDÁVEIS E PRODUTIVOS

Investimento em qualidade de vida garante
longevidade do trabalhador

Com uma jornada de trabalho agitada, Dalva Lopes, 57, achava normal sentir cansaço e dores nas costas ao fim do dia. Embora fizesse caminhadas esporádicas, a prática de atividades físicas ainda não era um hábito. Sua percepção sobre os benefícios de uma rotina mais ativa mudou ao participar do Projeto Longevidade da empresa em que trabalha. A proposta da Caemmun Movelaria, indústria de móveis com sede em Arapongas (PR), é aumentar a longevidade da população economicamente ativa. A metodologia é baseada na prevenção, no trabalho sustentável e na adoção de um estilo de vida saudável.

Durante um ano, trabalhadores com mais de 30 anos participaram de uma série de atividades, como palestras sobre saúde física e mental, exercícios de fortalecimento muscular e dinâmicas de grupo. Para Dalva, os ganhos foram visíveis: “Os exercícios me trouxeram mais ânimo, força e, principalmente, me ajudaram a corrigir a postura. Os ganhos de qualidade de vida se refletiram inclusive na minha vida

pessoal. Além da parte física, descobri que exercícios são ótimos para desestressar”.

O relato de Dalva vai ao encontro dos resultados observados pelos gestores da empresa: redução da rotatividade, retenção de talentos e aumento da produtividade dos colaboradores. “Percebemos a diminuição de queixas sobre dores, assim como aumento da resistência física e do índice que avalia a percepção do trabalhador em relação ao quão bem está para executar suas tarefas. Isso tudo se traduz em melhoria da qualidade de vida e no aumento da produtividade desses profissionais. Agora, avaliamos ampliar esse programa para todos os colaboradores”, afirma Ana Cláudia de Lima, gerente de Recursos Humanos da companhia.

A iniciativa da Caemmun foi desenvolvida em parceria com o Instituto SESI de Inovação (ISI) em Longevidade e Produtividade no Paraná, que vem assessorando as indústrias em questões que dizem respeito à longevidade no mercado de trabalho. Isso porque o envelhecimento populacional é um fenômeno

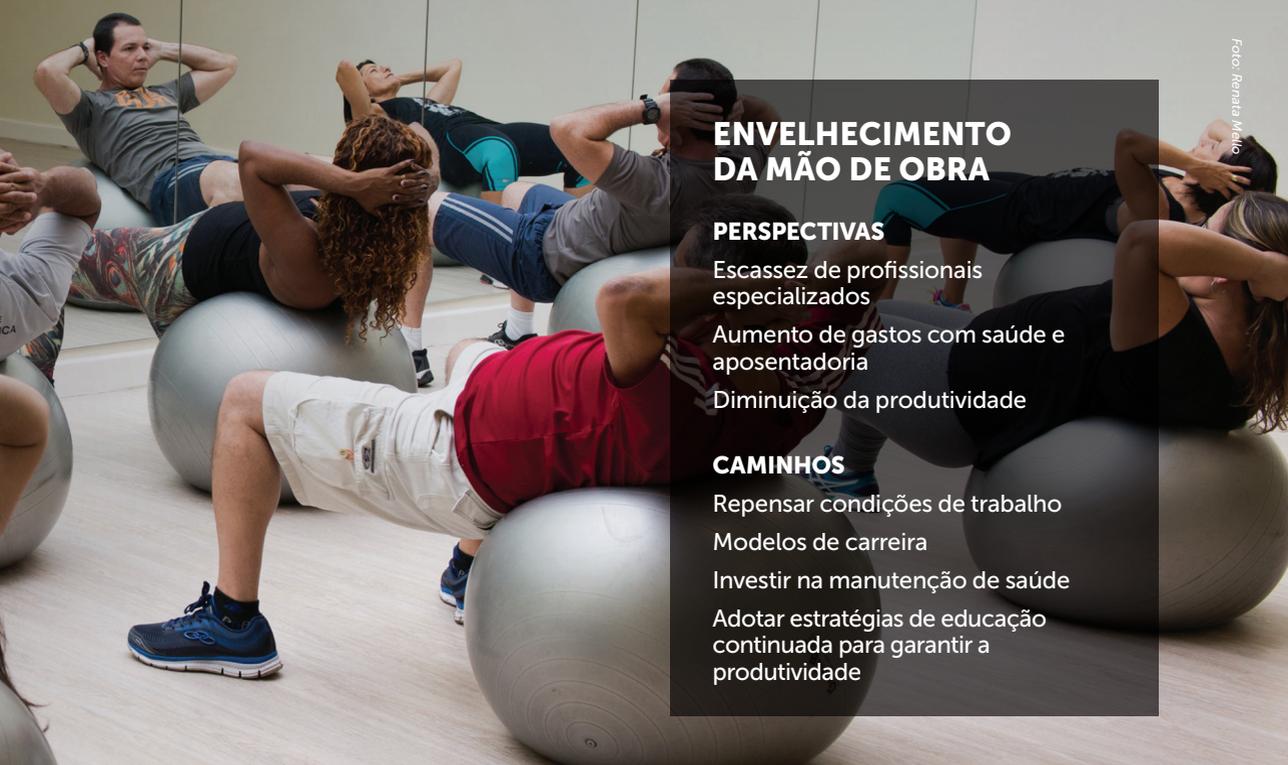


Foto: Renata Mello

ENVELHECIMENTO DA MÃO DE OBRA

PERSPECTIVAS

- Escassez de profissionais especializados
- Aumento de gastos com saúde e aposentadoria
- Diminuição da produtividade

CAMINHOS

- Repensar condições de trabalho
- Modelos de carreira
- Investir na manutenção de saúde
- Adotar estratégias de educação continuada para garantir a produtividade

que ocorre em escala global. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira com idade superior a 65 anos pode chegar a 14% ainda em 2030. Cada vez mais é necessário ter estratégia quando se trata das mudanças demográficas, defende Luiz Ernesto Guerreiro, diretor de Saúde Integrada e Sustentabilidade do Sistema FIRJAN: “As empresas lidarão com trabalhadores com idade mais avançada, e a produtividade deste grupo estará diretamente relacionada ao seu potencial produtivo, que, por sua vez, estará associado ao bem estar do indivíduo”.

Esse novo cenário trará muitos desafios para as empresas, especialmente quando analisados os índices de produtividade e custos relacionados à saúde. Estudo elaborado pela auditoria PricewaterhouseCoopers (PwC) aponta que os profissionais mais velhos ainda não são vistos como alternativa para lidar com escassez de talentos qualificados, assim como há carência de modelos de atuação que permitam aproveitar o melhor desses

colaboradores. Além disso, a transferência de conhecimentos e experiência entre as gerações ainda é baixa.

Para Noélly Mercer, facilitadora do ISI Longevidade e Produtividade, as indústrias devem reavaliar o papel dos colaboradores com mais de 60 anos, pois, entre suas qualidades, está a maior eficiência em áreas que envolvem estratégia do negócio e a possibilidade de mentoria dos mais jovens, por conta da experiência de vida que acumularam: “A inteligência emocional que os colaboradores com mais idade normalmente possuem é valiosa. O sênior não sofre da ansiedade que o mais novo apresenta em momentos de tensão. Essa cautela e equilíbrio são decisivos em situações de conflito no ambiente de trabalho”.

Com o propósito de estimular o debate da questão entre gestores fluminenses, o Sistema FIRJAN promoveu, em outubro, seminário sobre envelhecimento e saúde integrada.

Para conhecer os serviços do SESI para qualidade de vida, entre em contato pelos telefones 0800 0231 231 e 4002 0231.

MAIS INFRAESTRUTURA

Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) pode ajudar a melhorar a logística do estado

O papel da iniciativa privada mostra-se cada vez mais estratégico para o desenvolvimento da infraestrutura no país. As crises fiscal e econômica pelas quais o Brasil passa reduziram o volume de investimentos públicos, evidenciando a necessidade de concessões e Parcerias Público-Privadas (PPPs). É nesse cenário que o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), criado pelo governo federal em 2016, está inserido. Em seu terceiro pacote, anunciado em agosto, 56 novos ativos serão concedidos ao setor privado até 2019, entre eles aeroportos, terminais portuários e rodovias.

Tais investimentos estão no conjunto dos 146 projetos contemplados até o momento, dos quais 54 já foram concluídos. Os investimentos, estimados em R\$ 134 bilhões pelo governo, são importantes para a melhoria do ambiente de negócios do país. Os projetos restantes podem atrair cerca de R\$ 100 bilhões em investimentos. Segundo Mauro Viegas, presidente do Conselho de Infraestrutura do Sistema FIRJAN, o PPI garante maior previsibilidade e segurança aos investidores: "O programa possibilita maior arrecadação e economia para o governo, além de permitir

melhores condições para as empresas fluminenses escoarem a produção”.

O estado do Rio poderá se beneficiar com alguns projetos, em especial os localizados em seu território. Um deles é a venda das ações da Infraero no Aeroporto do Galeão, que tem estrutura para receber 30 milhões de passageiros por ano, porém, movimentou apenas metade de sua capacidade em 2016. Além disso, ele é o quarto aeroporto internacional mais movimentado do Brasil e o quarto terminal de cargas em volume.

De acordo com Respício Espírito Santo, professor do Departamento de Engenharia de Transportes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), a saída da Infraero poderá significar a entrada de um parceiro com maior capacidade de realização de investimentos, a fim de aumentar a capacidade de movimentação de cargas, melhorando as condições logísticas das empresas fluminenses. “Sem a participação da Infraero, o consórcio ganhará mais dinamismo e liberdade. A administração do aeroporto tem que ter obrigatoriamente uma gestão moderna, o que não acontece hoje”, avalia. Para o professor, outros aeroportos deveriam entrar nos próximos pacotes do PPI, como os de Resende, Itaperuna e Angra dos Reis.

Outro ativo que será concedido à iniciativa privada, com possibilidade de melhorar o fluxo de escoamento de mercadorias das companhias fluminenses, é o Aeroporto de Macaé. O local é um dos maiores aeroportos de apoio offshore do mundo e responde por 40% do total de pousos e decolagens de helicópteros na área da Bacia de Campos. Em 2016, teve movimento de passageiros 60% acima de sua capacidade.

“As empresas da região já estão se adaptando às novas oportunidades que surgirão com o reaquecimento do mercado de óleo e gás. Por isso, é essencial que o Aeroporto de Macaé acompanhe

esse cenário e receba investimentos para ser mais eficaz”, pontua Fernando Aguiar, presidente da Representação Regional FIRJAN/CIRJ no Norte Fluminense.

LEILÕES DE P&G

O terceiro pacote do PPI também reafirma o calendário regular de leilões ins-



PROJETOS CONTEMPLADOS NO TERCEIRO PACOTE DO PPI QUE TRARÃO BENEFÍCIOS AO ESTADO DO RIO



Alienação da participação acionária da Infraero no Aeroporto do Galeão (RJ)



Privatização do Aeroporto de Macaé (RJ)



3ª rodada sobre regime de partilha da produção na área do pré-sal



15ª rodada de blocos para exploração e produção



5ª rodada de licitações de campos terrestres maduros



4ª rodada de blocos sob regime de partilha e produção

tituído pelo Ministério de Minas e Energia para o mercado de petróleo e gás. Este ano, três leilões, realizados em setembro e outubro, abriram a agenda até 2019. “Recuperamos a força e a robustez do óleo e gás, que exerce o principal duto da

economia fluminense. A prova não é só o conjunto da 14ª Rodada de licitações de blocos exploratórios, mas o alto valor do lance das duas áreas em Campos, ambas arrematadas. Isso mostra a confiança e força do setor no Rio”, afirma o ministro da Secretaria-Geral da Presidência, Moreira Franco, que também é o secretário executivo do PPI.

Para Raul Sanson, vice-presidente do Sindicato das Indústrias Mecânicas e de Material Elétrico do Município do Rio de Janeiro (Simme), as concessões dessas áreas ajudam a dinamizar o setor. “Os leilões abrem oportunidades, em curto prazo, para as operadoras de óleo e gás. Em longo prazo, a cadeia de fornecedores fluminenses ampliará seus mercados. Portanto, o PPI representa o reaquecimento da economia deste setor”, explica Sanson, que também é vice-presidente da Federação.

OPORTUNIDADES PARA PPPs NO ESTADO DO RIO, SEGUNDO ESTUDO DA FIRJAN

RESÍDUOS SÓLIDOS
R\$ 15,2 BI



RODOVIAS
R\$ 14,2 BI



SANEAMENTO BÁSICO
R\$ 7,2 BI



ILUMINAÇÃO PÚBLICA
R\$ 2,8 BI



LOGÍSTICA
R\$ 1 BI



METRÔ
R\$ 450 MI



MOBILIDADE URBANA
R\$ 257 MI



CASA DA MOEDA

Por fim, também está contemplada no pacote a Casa da Moeda. A entrada do setor privado poderá melhorar a gestão e a qualidade dos serviços prestados, tornando a companhia mais competitiva e possibilitando a ampliação de sua atuação, já que o desenvolvimento tecnológico diminuiu a necessidade de impressão de papel-moeda, segundo Ricardo Macedo, professor de Economia do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (Ibmecc).

“A concessionária que arrendar a Casa da Moeda precisará pensar em meios de diversificar seu portfólio de serviços. Empresas com alta tecnologia podem aumentar a escala de produção e ajudar na sua reestruturação, por exemplo. Sua concessão à iniciativa privada trará como um dos principais ganhos a redução do gasto público, principalmente com folha de pagamento e previdência, permitindo investimento em outras áreas mais estratégicas”, analisa Macedo.



FIRJAN FOMENTA NEGÓCIOS NA OTC BRASIL

Os resultados dos primeiros leilões que marcaram a volta da agenda permanente de rodadas de licitação de petróleo animaram não apenas empresas desse mercado, mas também fornecedores de diversos segmentos industriais. É o caso de Waltraud Keuper, diretora-presidente da Eletro Metalúrgica Universal, que esteve na Offshore Technology Conference (OTC) Brasil para participar da rodada de negócios promovida pelo Sistema FIRJAN em parceria com o Sebrae.

“Forneco equipamentos de cozinha industrial e a participação na rodada foi uma ação fundamental da Federação com o Grupo Metalmeccânico para as empresas se inserirem nos negócios de petróleo e gás”, avalia Waltraud, que também preside a Representação Regional FIRJAN/CIRJ na Região Serrana.

Segundo Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira, presidente da Federação, a realização da OTC no Brasil traz oportunidades de debater os principais pleitos do mercado, além de criar uma vitrine para o país: “Dadas as dimensões do Brasil, temos muitas oportunidades de investimento. É preciso trabalhar e transformá-las em benefícios para o desenvolvimento do estado”.

Eduardo Eugenio participou de painel que debateu a importância de um ambiente colaborativo entre os principais *players* da indústria de petróleo e gás para a retomada de sua atividade. O evento aconteceu entre 24 e 26 outubro, no Riocentro.



RODADA DE NEGÓCIOS FIRJAN-SEBRAE

28 EMPRESAS ÂNCORAS

CERCA DE 200 FORNECEDORES

NOVAS DIRETRIZES

Empresários podem contribuir com consulta pública da Camex para definir prioridades do comércio exterior

O Diagnóstico do Comércio Exterior do Estado do Rio, elaborado pela FIRJAN, evidenciou obstáculos para a iniciativa privada no mercado internacional. Por isso, a decisão da Câmara de Comércio Exterior (Camex) de promover o debate com a sociedade, por meio de uma consulta pública, abre possibilidades de equacionar e solucionar alguns desses entraves. Os resultados serão usados como insumos para a elaboração da Agenda Regulatória de Comércio Exterior 2018-19 da Camex.

“Nosso objetivo é unir as prioridades dos reguladores às necessidades dos usuários das normas. Por isso, a participação das empresas exportadoras e importadoras é essencial, de modo a identificar gargalos e tentar montar a melhor agenda possível. A iniciativa também promoverá transparência e previsibilidade,

pois tornarão públicas as ações prioritárias que pretende colocar em prática”, explica Marcela Carvalho, secretária executiva da Camex.

Como será possível apontar temas que o governo deve acompanhar com prioridade, a Federação está consultando os empresários fluminenses para levantar as questões mais importantes para o estado. “Vamos trabalhar também as propostas relacionadas a comércio exterior elencadas no Mapa do Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro 2016-2025, assim como os obstáculos encontrados no Diagnóstico do Comércio Exterior”, detalha Claudia Teixeira, especialista em Comércio Exterior da FIRJAN Internacional.

As contribuições da indústria fluminense devem ser enviadas até 15 de dezembro para o e-mail comex@firjan.com.br.

ÁREAS CONTEMPLADAS NA CONSULTA PÚBLICA



ADUANA, PROCEDIMENTOS DE COMÉRCIO EXTERIOR



REGULAMENTOS TÉCNICOS E SANITÁRIOS



PRODUTOS DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA, BENS SENSÍVEIS E CONTROLE DE PRODUTOS QUÍMICOS



FINANCIAMENTO E GARANTIAS



DEFESA COMERCIAL



ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO



TRANSPORTE E LOGÍSTICA



SERVIÇOS E COMPRAS PÚBLICAS





INDÚSTRIA DO ESTADO DO RIO

PIB EM 2014

R\$ 172 BI
(25,6% do total do estado)

EMPREGADOS EM 2016

636 MIL
(15,1% do total do estado)

EMPRESAS EM 2015

30 MIL
(10,6% do total do estado)

SEGMENTOS QUE GERARAM MAIS EMPREGOS

ATÉ SETEMBRO 2017

Metalurgia

912



Máquinas, aparelhos e materiais elétricos

393



Veículos automotores

336



Têxteis

181



PRODUÇÃO INDUSTRIAL

ATÉ AGOSTO 2017

SETORES EM ALTA

28,4% 
Veículos automotores

22,6% 
Metalurgia

5,6% 
Indústria extrativa

5,1% 
Reparação de máquinas e equipamentos

SETORES EM QUEDA

-22,1% 
Equip. de transporte

-14,5% 
Gráfica

-8,4% 
Coque

-6,9% 
Minerais não metálicos

BRASIL

1,5%



RIO DE JANEIRO

1,8%



GERAÇÃO DE EMPREGOS NA INDÚSTRIA POR REGIONAIS

ATÉ SETEMBRO 2017

Baixada I **223** Leste **149**

Baixada II **-1.284** Noroeste **176**

Capital **-13.819** Norte **-6.451**

Centro Norte **684** Serrana **-725**

Centro Sul **-82** Sul **-292**

TOTAL ESTADO DO RIO
-21.421
VAGAS



EXPECTATIVAS PARA OS PRÓXIMOS SEIS MESES NO ESTADO DO RIO

DEMANDA POR PRODUTOS **55,2**

COMPRA DE MATÉRIA-PRIMA **52,5**

EXPORTAÇÃO **53,5**

NÚMERO DE EMPREGADOS **47,4**



ÍNDICE DE CONFIANÇA DO EMPRESÁRIO INDUSTRIAL

OUTUBRO DE 2017

BRASIL
56,0



RIO DE JANEIRO
51,0





AÇÃO AMBIENTAL
2017

TECNOLOGIAS
E PRÁTICAS

UM ASSUNTO INDISPENSÁVEL PARA A VIDA, E FUNDAMENTAL PARA A INDÚSTRIA.



SEMINÁRIO FIRJAN DE AÇÃO AMBIENTAL

A indústria precisa estar preparada diante de um cenário de escassez hídrica, buscando fontes alternativas de água, tecnologias de tratamento e realizando a gestão dos recursos para evitar o desperdício e garantir a sustentabilidade. Por isso, participe do seminário que debate o tema com especialistas e empresários, conheça cases de sucesso da indústria e veja de perto as tecnologias para tratamento e reúso da água em nossa exposição.

**29 DE NOVEMBRO
DAS 13H ÀS 19H**

Sede Sistema FIRJAN:

Av. Graça Aranha, 1 – Centro

Inscrições: www.firjan.com.br/acaoambiental

PARCERIA:



ISRAEL Trade & Investment
Brazil

Sistema
FIRJAN



INFORMA, FORMA, TRANSFORMA.